



EMENDA Nº - CMMPV 1236/2024  
(à MPV 1236/2024)

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O condicionamento da importação de veículos a ato de registro de que trata o art. 3º da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, é medida restritiva à liberdade de decisão e de compra dos consumidores brasileiros. Foi redigida após o veto à importação de autopeças (expressão suprimida) e cria obrigatoriedade de registro no MDIC de importações a serem feitas (expressão incluída).

O veto ao § 9º do art. 2º do Projeto de Lei 914/2024 convertido na Lei 14.902/2024, foi seguido no mesmo dia de publicação da MP 1236/2024, cujo Art. 3º elimina a possibilidade de importação de autopeças e inclui obrigatoriedade de ato de registro de que trata o art. 3º da Lei 14.902/2024:

PL 914/2024 e Lei 14.902/2024 (vetado)	MP 1.236/2024
Art. 2º..... § 9º A importação de veículos <b>e autopeças</b> por pessoas físicas ou jurídicas poderá ser realizada direta ou indiretamente, por intermédio de uma pessoa jurídica importadora, por sua conta e ordem ou por encomenda, aplicado equivalente tratamento tributário.	Art. 3º..... § 10. A importação de veículos por pessoas físicas ou jurídicas poderá ser realizada direta ou indiretamente, por intermédio de uma pessoa jurídica importadora por sua conta e ordem ou por encomenda, aplicado equivalente tratamento tributário, <b>mediante ato de registro de que trata o art. 3º."</b>

Teor semelhante ao § 10 do Art. 2º da Lei 14.902/2024 proposto pela MP 1236/2024 já foi objeto de veto presidencial ao então o § 9º do Art. 2º, quando



da sanção do PL 914/2024 aprovado no Congresso Nacional e sancionado como Lei 14.902/2024:

*“Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao admitir a importação por conta e ordem ou por encomenda **em situação tributária mais favorável ao produto importado relativamente ao produto produzido no País** , já que utiliza base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins menor que a praticada para produtos produzidos no Brasil. **Especialmente a importação de autopeças é nociva aos objetivos do Programa** .” (grifamos).*

Sala da comissão, 3 de julho de 2024.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**  
**Líder do NOVO**

